



ATA NÚMERO 19

SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2021

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Pavilhão da Escola EB2/3 de Amarante, a Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho que substituiu nesta reunião a segunda secretária da Assembleia Municipal, Marta Marinho, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, André Magalhães, Rita Batista, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, **Carlos Alberto Miranda**, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Silva
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira – **FALTOU** – Justificou a falta
LOMBA – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho

PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva - **substituída** por Luís Carlos Dinis
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro - **Faltou**
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães – **substituído** por Fátima Mendes
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Leite
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: José Joaquim Magalhães Teixeira, António Ferreira Soares Araújo, Cláudia Daniel Mota e Silva e Ângelo Magalhães.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos com a análise e discussão da ata da reunião de 27 de Fevereiro de 2021. Relativamente a esta ata, ninguém usou da palavra, logo, não foram solicitadas quaisquer correções. Sendo assim, foi a mesma posta de imediato à votação. Foi **aprovada por UNANIMIDADE** Foi ainda aprovada em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

Aprovada a ata passou-se de imediato para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "A minha primeira nota é de solidariedade para com todos aqueles que durante este período tiveram notícias menos positivas fruto da situação pandémica que passamos e um voto de gratidão a todos aqueles que dão o seu melhor para que esta situação de pandemia possa ser ultrapassada. Hoje, simbolicamente abre-se uma nova fase na vacinação, onde as pessoas com mais de 65 anos podem agendar a marcação das suas vacinas. Este será um passo decisivo para que possamos acelerar este processo de vacinação e darmos mais segurança e tranquilidade àqueles que são mais vulneráveis e que sofrem com esta pandemia. No dia que realizamos esta Assembleia temos esta boa notícia de esperança.

A primeira questão que gostava de colocar ao senhor Presidente de Câmara prende-se com o concurso dos transportes rodoviários para o concelho, porque parece

que é importante que nós, nesta Assembleia Municipal, sejamos capazes de fazer uma reflexão sobre os passos e sobre o caminho que está a ser seguido relativamente a este concurso e fazê-lo de forma mais tranquila, de forma mais séria e de forma mais correta, porque o que está aqui em causa, não é só uma mera rede de transportes para o nosso concelho, mas é também perceber que há um conjunto de decisões que se não forem acauteladas, haverá um conjunto de famílias amarantinas, haverá um conjunto de direitos e preocupações que se não forem devidamente analisadas e calculadas nesta fase, corremos o risco de cometer uma injustiça que é insanável no futuro. Este concurso começou de forma incorrecta, mas mesmo sendo assim, não culpabilizo na primeira linha o senhor Presidente de Câmara. É verdade que quando a Câmara Municipal abriu o concurso pelo facto de se ter constituído como autoridade municipal de transportes e a questão começa por aí porque não é devidamente acautelado a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores. Poder-me-ão dizer que não era necessário fazê-lo. É um facto. Mas eu também posso dizer que é verdade que nada me impede que logo nessa fase se pudesse ter feito. Mas não foi feito. Poder-se-á dizer que havia desconhecimento geral porque era um concurso novo e em muitos sítios isso também não foi feito. É um facto. Mas o tempo foi passando e à medida que o tempo vai passando, as situações dos direitos dos trabalhadores começam a ser abordadas e essa preocupação já não passa a ser desconhecimento de ninguém. Começa a existir e há efetivamente municípios, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas que fazem o concurso salvaguardando os direitos dos trabalhadores, mas há outros que continuam sem o fazer e percebe-se que há aqui uma injustiça. E de facto há inclusivamente reuniões de Câmara onde os Vereadores do Partido Socialista e falo da reunião de Câmara do início de Agosto do ano passado, em que os Vereadores do Partido Socialista demonstram a sua preocupação por entenderem que não estavam salvaguardados os direitos dos trabalhadores. Portanto, esta questão não era nova. Apercebendo-se desta dificuldade a Assembleia da República entendeu que era importante legislar nesta matéria, embora, qualquer município que quisesse defender os trabalhadores podia fazê-lo, mesmo não havendo legislação para isso, porque bastava nas peças concursais colocar essas cláusulas. A Assembleia da República percebendo que havia aqui um problema legislou sobre esta matéria, com uma iniciativa conjunta do PS, BE e PCP a qual, deixa de forma clara e inequívoca que as situações de concurso, seja ele público ou não, no âmbito dos transportes, tem de estar devidamente acautelados os princípios da transmissão de estabelecimento. A lei fica mais clara quando também se coloca essa questão para todos os concursos estejam a decorrer ou que a adjudicação ainda ocorra no ano de 2021. Sendo assim, a questão que eu gostaria de colocar ao senhor Presidente de Câmara é a seguinte: tendo sido publicado um novo enquadramento legal desde o dia 9 de Abril, de que o senhor Presidente terá conhecimento, o que pensa fazer sobre este tema? Se nesta segunda ou terceira nova oportunidade irá estar do lado dos trabalhadores amarantinos ou se vai continuara a ignorar este mesmo problema?

ZITA PEREIRA – PSD

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Venho expressar a preocupação e a indignação com o serviço de saúde no Centro Hospi-

talar do Tâmega e Sousa, com o despedimento de 60 enfermeiros e outros mais profissionais de saúde.

A manifesta necessidade desses trabalhadores ao normal e regular funcionamento do serviço hospitalar e, para além, da necessidade de acautelar a gestão na saúde em pleno estado pandémico que não terminou. E mais devemos lembrar, a sua importância no futuro próximo, devido ao atraso de cirurgias, nos tratamentos cancelados durante os confinamentos.

Estamos perante uma situação grave e de extrema importância, muito além de simples notícia.

Na saúde, a pandemia expôs problemas antigos: o congestionamento SNS, o desinvestimento, a gestão de recursos ineficiente, sendo penalizador para aqueles que não têm acesso a cuidados no privado.

Também na saúde, tal como em todos os outros setores, o mérito e os contributos dos profissionais devem ser considerados num tratamento cuidado de gestão e admissão destas pessoas face à necessidade premente no organismo.

O trabalho destes profissionais continua a ser necessário. As suas admissões, largamente anunciadas com pompa e em modo de "propaganda", devem ser mantidas, para que os cidadãos de Amarante, e da Região, possam receber um serviço de saúde de excelência. Sem que a vida profissional esteja colonizada por nomeações partidárias, ou por famílias e por redes de contactos que definem oportunidades com as portas abertas às "competências adquiridas na família socialista".

Manifesto a indignação num sistema que está invertido, queremos um Centro Hospitalar ativo e não reativo, com menos défice de recursos, com mais resposta, eficaz e eficiente, com os verdadeiros definidores do sucesso: os profissionais de saúde.

Que tenhamos a capacidade de expressar o reconhecimento, muito para além dos murais, para além das reportagens e de publicidades, para além dos agradecimentos noticiosos e propagandistas, quando no caos, deles precisamos.

Convém, porém, deixar 5 questões para reflexão de todos nós e para as quais conhecemos por completo as respostas. Porque são questões que de facto deviam importar as pessoas de Amarante:

1. Estarão ou não aqui ocultadas a cessação de prestações de serviços, de necessidades constantes de durante anos, em regime de precariedade e a pretexto das "oportunidades" da Pandemia, se transfiguraram em contratos de 4 meses para agora serem cessados?
2. Está ou não o Hospital de Amarante com capacidade de instalações e equipamentos, sem utilização, fechados e em estado de depreciação?
3. Precisamos ou não dum serviço de saúde hospitalar célere?
4. Precisamos ou não destes profissionais no nosso Centro Hospitalar?
5. Enfim, são ou não os agradecimentos maiores para aqueles que têm o "cartão habitual"?

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "A pergunta que aqui trago vem na lógica do desconfinamento, ou seja; nós regressamos agora a uma normalidade provisória, mas que se quer definitiva e com isto as pessoas começam a circular entre concelhos. Vem mais

pessoas de fora e por isso é importante termos uma cidade atrativa, uma cidade segura e uma cidade onde não haja problemas. Com este ponto prévio, eu queria dizer que tenho reparado que em toda a cidade e até nas zonas mais centrais da cidade tem havido um aumento exponencial de animais abandonados, tanto gatos como cães. A questão que eu quero colocar ao senhor Presidente de Câmara é se atendendo as prerrogativas do Governo no apoio ao combate a este flagelo, o senhor Presidente de Câmara está atento a esta situação? Em relação à campanha e aos números que havia desde 2020, está ser feita alguma coisa? Relativamente ao cheque veterinário e de uma forma bastante proactiva possa ser garantido que esses animais não são abandonados prestando apoio às famílias com esse cheque, de forma a que essa situação não se verifique. Era importante que se preocupasse com esta situação, porque eu tenho visto que essas situações ocorrem com alguma regularidade, nomeadamente em Santa Luzia.

FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVANCA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "Venho aqui dar nota que no município e na freguesia de Travanca que acompanho mais de perto já se faz sentir o investimento feito pela autarquia no que diz respeito ao Ambiente. Com a aquisição de três viaturas para os serviços do ambiente, entre as quais uma viatura (lava-contentores) para a lavagem dos contentores, de forma a garantir as melhores condições de higienização e desinfeção dos equipamentos de deposição de resíduos. Esta semana acompanhei a operação de lavagem dos 97 contentores existentes na freguesia e que se vai prolongar por cerca de 5 dias. Aproveito a oportunidade para agradecer ao senhor presidente e a todos aqueles que direta e/ou indiretamente estão envolvidos nesta melhoria no serviço prestado aos nossos municípios e ao ambiente.

E nada melhor que assistir a esta demonstração junto ao Mosteiro de S. Salvador de Travanca, mas pena é que nem todos os departamentos do nosso país evoluam e se adaptem às novas realidades e necessidades dos tempos de hoje. Mas passo a explicar: como é natural, o Mosteiro de Travanca não foi construído para ser um Hotel de 4 estrelas, pelo que, necessita de várias adaptações para se tornar funcional e rentável para quem aí investe. Após várias propostas e contrapropostas lá se foi conseguindo "partir pedra" no sentido de cedências de parte a parte, para a concretização do projeto, mas a meu ver e de todos que foram acompanhando este processo, é inadmissível que não se permita a colocação de uma cobertura em vidro nos claustros que iria permitir um melhor aproveitamento das potencialidades deste edifício para o fim que está a ser redesenhado. Esta intervenção não teria qualquer impacto visual nem na estrutura do mesmo. Com esta intervenção o aproveitamento deste espaço seria possível durante todo ano, quer fizesse chuva ou sol, assim fica dependente das condições atmosféricas. O que ainda choca mais é a justificação de que não autorizam porque nunca foi autorizado noutra local. Concordo que devemos preservar a nossa história e o que os nossos antepassados nos deixaram de melhor, mas também sou da opinião de que se quisermos competir com outros países onde isso é permitido, temos de ter uma maior abertura, mas sem nunca deixar "assassinar" os nossos monumentos.

Mas por outro lado não os “assassinamos” diretamente, mas preferimos vê-los a “morrer” aos poucos sem qualquer intervenção.

Aproveito para agradecer em meu nome e em nome do promotor do equipamento hoteleiro, na pessoa do senhor Jean Claud, todo o empenho da equipa do município e do senhor presidente para que fossem sendo ultrapassados alguns entraves para a concretização deste projeto”.

Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que: “Relativamente à questão que o senhor deputado Hugo Carvalho colocou, sobre o concurso rodoviário do concelho vou dar a palavra à minha colega, a senhora Vereadora Rita Batista, que dará algumas notas relativamente às questões que a esse respeito foram colocadas.

À Dra. Zita, que falou do Tâmega e Sousa e do Hospital, quero dizer-lhe que a questão preocupa-nos a todos e eu percebo a sua intervenção, no que diz respeito às questões de saúde na nossa região.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Cândido Zoio, sobre o abandono dos animais, quero, em primeira nota dizer-lhe que quanto à questão dos apoios que são dados, eles são nulos. Não conheço apoios. Conheço, isso sim, muita despesa com aquilo que esta Câmara tem feito relativamente a esta matéria. Criamos recentemente mais um abrigo para mais 100 animais que neste momento já está a ser utilizado. Temos feito campanhas de vacinação e obrigatoriamente chipamos todos os animais de forma gratuita, pagando as pessoas só o registo, porque o resto é suportado pelo município. Todos os cães e gatos que são recolhidos pelo município são esterilizados e chipados. Todos os cães que são dados para adoção vão desparasitados e devidamente tratados para que as pessoas possam ter uma animal em condições. Tem havido um empenho muito grande por parte do município. Tenho pena da forma como as pessoas abandonam os animais. Acham que eles são brinquedos e dão-se ao luxo de abandonar pequenas crias. Depois, há também pessoas que tem mais de 50 cães dentro de um espaço exíguo e a viver em condições miseráveis, porque também está associado a tudo isto problemas de doença. Temos conseguido ultrapassar esta questão com a ajuda do SEPNA, a quem quero dar uma palavra de apreço porque tem estado sempre em estreita colaboração com o município. Sinto-me satisfeito com toda a equipa que tem feito um trabalho excecional nesta matéria.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Travanca, o senhor Fernando Cunha, quero agradecer-lhe as palavras que proferiu relativamente à lavagem dos contentores e dizer-lhe que há ainda muito a fazer relativamente às questões ambientais, mas temos dado passos muito seguros e firme em tudo aquilo que tem a ver com política ambiental. Essa é uma prioridade não só de Amarante, mas deverá ser de todo o país, mas nós estamos a contribuir de forma muito positiva para esta questão ambiental. Um dos exemplos é o que referiu e ainda durante este mês vai chegar uma viatura para o projeto da recolha dos verdes. Estamos a trabalhar para que Amarante seja uma referência em tudo aquilo que tem a ver com a questão ambiental. Falou com desagrado e eu acompanho-o nessa questão que, aquilo que tem a ver com

algumas entidades que neste país tutelam e tem o poder da caneta. Não são os diretores, não são os políticos, mas sim técnicos. Estamos a falar de um monumento que o Governo, e bem, juntou a mais de três dezenas de equipamentos que fazem parte do património do estado e que estão em condições de debilidade muito acentuada e em condições de, no âmbito do programa REVIVE serem alvo de um novo destino e portanto, são concessionados por um período de cinquenta anos. Travanca, foi um desses casos e julgo que qualquer Amarantino terá aplaudido esta iniciativa. Como o senhor Presidente da Junta referiu, houve alguém que ficou encantado com o espaço de nome Jean Claud, que decidiu avançar com um projeto, numa primeira fase com um conceito, mas depois, o entusiasmo tomou conta dele e acabou por desenvolver um conceito de recuperação do espaço para uma unidade hoteleira de luxo, muito vocacionada para as artes, atendendo ele que Amarante se enquadra neste conceito das artes e como aquele espaço já não se destina aos monges, mas sim a clientes que estão predispostos a pagar quantias avultadas para que possam lá pernoitar ou passar uma temporada. Para isso era importante, para não dizer vital, que houvesse uma estrutura em vidro que pudesse fechar o claustro. Foi apresentado à DRCN, à Direção Regional da Cultura do Norte vários exemplos de situações iguais em França, em Espanha, em Itália, nos Estados Unidos, na Rússia, na Alemanha, enfim em todo o planeta, prática corrente para edifícios deste género. Eu lembro-me até do Palácio da Bolsa, que os Ingleses resolveram fechar e que hoje em dia é um espaço que qualquer pessoa que o visita fica encantada com aquele claustro. Neste momento há técnicos que teimam em não deixar avançar com as coisas. Eu só estou a dizer isto que é para perceberem ao que é que nós estamos sujeitos. Há mais de um ano que é dito que não. Já tentamos envolver outras entidades porque eu sei que o Governo não é esta a vontade que tem e espero que o Governo legisle para que mude este estado de coisas em que temos esta gente a pôr em causa investimentos, que nesta fase seriam de dez milhões de euros, para de seguida avançar com mais investimentos para poder criar ali alguma sustentabilidade no equipamento, fazendo mais quartos num edifício complementar para ter 100 quartos, mas, perante isto temos alguém que teimosamente diz que não. Aconteceu o mesmo com o elevador de S. Gonçalo que vai permitir ascender da cota baixa à cota alta, e que agora finalmente vai avançar, mas que durante três anos também tivemos alguém que teimosamente dizia que não. Acabei agora por conseguir reverter essa situação. Há pessoas que não percebem que a questão da mobilidade é importante para todos, mas isto é o estado do país que temos. Numa determinada altura tive oportunidade de dizer à senhora Ministra da Coesão, à doutora Ana Abrunhosa, que o problema não é o Governo, não são os Presidentes de Câmara, mas sim uma teia que existe há trinta anos, que tem o poder de emperrar os projetos e pôr toda a gente a penar. Também é o desabafo que acompanha aqui o senhor Presidente da Junta.

Relativamente à questão do concurso rodoviário, eu daria a palavra à senhora Vereadora para que ela possa dar uma explicação.

RITA BATISTA – VEREADORA

No uso da palavra relativamente à questão do concurso rodoviário a senhora Vereadora disse: “Já cá tinham sido colocadas questões relativas ao concurso dos transportes mas é a primeira que a questão dos trabalhadores é aqui suscitada, e bem,

pelo deputado Hugo Carvalho, e permitam-me realçar que de facto assim que deve acontecer, questionar nos órgãos próprios da autarquia.

Quanto à matéria laboral o concurso público lançado pelo Município de Amarante é semelhante à esmagadora maioria dos concursos públicos já lançados por outros Municípios e Comunidades Intermunicipais, e cito, a título de exemplo, o concurso público lançado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

O Município estabeleceu um conjunto de regras que o novo operador deve cumprir ao nível dos recursos humanos, nomeadamente desenvolver esforços para contratar todos os trabalhadores das actuais operadoras que vir a ficar disponíveis e cumprir toda a legislação e regulamentação laboral aplicáveis.

Recorda-se que o Município nunca foi, não é e não será entidade empregadora na exploração do serviço público, que é exclusivamente privada.

O concurso público não pressupõe, nem impõe, a transferência de qualquer ativo dos operadores que até hoje exploram o transporte de passageiros na área geográfica do Município, quer para a Câmara, quer para o futuro concessionário (frota, equipamentos, instalações, software).

Recorda-se que o concurso público é internacional e segue não só as disposições do Código dos Contratos Públicos, mas também as normas europeias que regulam o setor.

O concurso público não podia conter disposições que pusessem em causa a concorrência e a igualdade de acesso dos operadores ao mercado, sob pena de violar princípios fundamentais no direito comunitário.

Além disso, o caderno de encargos tem de deixar ao mercado a possibilidade de fornecer o serviço com as melhores condições de eficiência, de modo a garantir o uso mais racional dos dinheiros públicos.

A maioria das autoridades de transportes municipais e intermunicipais fizeram o mesmo juízo e seguiram a mesma opção.

Quanto à alteração ao código do Trabalho não altera substancialmente a situação do concurso do Município de Amarante.

Em primeiro lugar, a nova redação do Código do Trabalho refere que as regras em causa se aplicam «quando haja transmissão de estabelecimento», o que não é o caso do concurso do Município de Amarante. As diretivas europeias e a legislação nacional apenas impõem a transmissão de estabelecimento, incluindo trabalhadores, se existir uma transferência dos meios de produção, incluindo autocarros, sendo que em qualquer das situações, o trabalhador poderá opor-se à transmissão. Tal não sucede no concurso público de Amarante.

Em segundo lugar, a eventual aplicação do Código do Trabalho, nesta matéria, incidiria sempre sobre os operadores privados, visto que os trabalhadores nunca foram, não são, nem serão funcionários do Município de Amarante.

Em terceiro lugar, o contrato do Município de Amarante exige que a Concessionária cumpra, a todo o tempo, a legislação laboral. Por esse motivo, mesmo que se entendesse que essas obrigações legais eram aplicáveis ao concurso de Amarante, as peças do concurso não colidem com as mesmas.

No caso concreto dos concursos para os transportes públicos, que se saiba, apenas no caso da AML e de Vila Real ocorre a transferência de trabalhadores.

A maior parte dos concursos (regionais e municipais), tal como o do Município de Amarante, remeteram para o regime geral do Código do Trabalho ou incluíram cláusulas de preferência.

Quanto à questão da votação, quero dizer-lhe, senhor deputado, que em 18 de Junho 2019 foi submetido a reunião de Câmara o pedido de autorização para abertura do concurso e aprovado por unanimidade.

Em 27 de Junho 2019 foi submetido à assembleia Municipal a “análise, discussão e votação da proposta de concessão do serviço de transporte de passageiros”, e, como ninguém se inscreveu para usar da palavra, foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

Em 29 de Novembro de 2019 foi submetido o assunto à reunião de Câmara e aprovadas as peças de procedimento. O ponto foi aprovado por maioria e como consta da acta “A senhora Vereadora Octávia Clemente disse nada terem a obstar aos documentos apresentados, nem às questões técnicas, mas tem muitas reservas sobre as opções políticas subjacentes à decisão, conforme referiram anteriormente em tomadas de posição sobre o mesmo assunto motivo pelo qual não poderão votar favoravelmente.”

Na sequência desta deliberação, foi o mesmo ponto remetido à Assembleia Municipal, para conhecimento, que ocorreu em 18 de dezembro de 2019.

Na reunião de Câmara de 7 de abril de 2020 foram aprovadas, por maioria, as peças de procedimento, já com o parecer prévio da AMT, tendo-se absterido os senhores vereadores do partido socialista remetendo para os fundamentos invocados na reunião de 28 de novembro de 2019.

Na reunião de Câmara de 2 de junho de 2020 foi homologada a ata do júri e aprovada a lista de erros e emissões, tendo sido o ponto aprovado por unanimidade.

A questão dos trabalhadores foi levantada pela primeira vez na reunião de Câmara realizada a 4 de agosto de 2020, na qual foi deliberada a adjudicação.

Sempre que o processo cá veio, em momento algum, foi levantada a questão dos trabalhadores. Tal só aconteceu pela primeira vez em agosto de 2020, na reunião de Câmara, aquando da deliberação de adjudicação, quando nessa altura já se sabia que quem tinha ganho o concurso não era nenhum dos operadores que estavam a atuar no terreno.

A propósito de transmitir a obrigação de desenvolver todos os esforços para contratar todos os trabalhadores de outros operadores que possam estar disponíveis reunimos com o sindicato nacional de motoristas e foi promovida também uma reunião com este sindicato e o operador que ganhou a concessão.

O concurso lançado pelo município, ao qual, diga-se os actuais operadores não concorreram, no que respeita aos direitos dos trabalhadores esta em linha com a esmagadora maioria dos concursos públicos já lançados por outras autoridades de transportes, teve o parecer prévio favorável da Autoridade de Mobilidade e Transportes – AMT e visto do Tribunal de Contas.

Ainda assim, a Rodonorte e a Valpi intentaram uma acção contra a o Município onde a questão dos trabalhadores é igualmente abordada e por isso será escrutinada.

Estamos empenhados na defesa dos direitos dos trabalhadores e estamos a acompanhar muito de perto esta questão.”

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Tenho muita pena que a Câmara tenha esgotado o seu tempo a falar propositadamente para o esgotar, para que não pudéssemos debater convenientemente este e outros pontos, que eu mesmo assim farei questão de aqui levantar. Ponto número 1 – é muito fácil chegar a esta Câmara e dizer *“as peças processuais virem aqui e vocês aprovaram”*. Mas vocês querem comparar o grau de responsabilização daqueles que são pagos todos os dias para trabalhar e defenderem o interesse do município, daqueles que estão aqui para fiscalizarem os documentos conforme eles chegam? Eu próprio no meu início disse que não censurava que o município tivesse falhado, porque muita gente falhou. Contudo, isso não justifica que se continue a cometer erro sobre erro. Isso também não justifica que se procure fazer crer que a culpa é nossa porque não vos alertamos. Quero dizer que a data de agosto de 2020 é muito relevante porque nessa mesma ata quando o Partido Socialista pergunta e questiona sobre os futuros postos de trabalho actualmente existentes, foi-nos dada a resposta pela senhora Vereadora de que *“não sabe e que vai procurar esclarecer esse ponto”*, ou seja, só nessa mesma reunião é que foi dito que *“a senhora Vereadora Rita Batista contactou o técnico responsável pela elaboração do caderno de encargos”*. Quer isto dizer que depois de vários meses em que o concurso já estava a decorrer, depois de vários meses em que já se falava da questão dos trabalhadores, a senhora Vereadora ainda não conseguia dar uma resposta sobre os direitos dos trabalhadores e se eles estavam devidamente acautelados. Nessa reunião, pediu então esclarecimentos ao responsável sobre o caderno de encargos. Mas deixem-me dizer que este tema também é político e também é político que o senhor Presidente de Câmara numa questão sensível como esta nunca assuma a responsabilidade e pelo menos transmita a esta Assembleia as preocupações sobre este tema, porque este é o momento em que o senhor Presidente de Câmara devia falar aos senhores deputados. É nestas alturas que um líder tem de assumir e não o fez. Mais uma vez refugia-se para não dar resposta sobre os trabalhadores. Volto a frisar que a Lei 18/2021, que está em vigor desde o dia nove de abril, foi feita para dar resposta em específico a estes casos. Eu gostaria de deixar aqui claro se a Câmara Municipal de Amarante não tem a mínima dúvida que esta situação pode configurar uma transmissão de empresa ou de estabelecimento. E quero que isso fique aqui registado em ata. Que a Câmara de Amarante não tem a mínima dúvida ou reserva. Eu tenho. E tendo-a, não ficaria bem comigo próprio, se não pedisse eu a Câmara Municipal, já que pede tantos pareceres jurídicos para determinadas matérias, neste, não perca a oportunidade de fazer tudo o que é possível para perceber se não está a cometer uma ilegalidade e que mais tarde terá custos maiores para o município. É este o desafio. Devo também dizer que a Câmara não deve gozar de má saúde financeira para fazer pareceres e avenças. Pode muito bem fazer mais esta. Gostaria também de questionar o senhor Presidente de Câmara, mesmo sabendo que ele esgotou o seu tempo e não me vai responder, mas que o poderá fazer numa próxima reunião mesmo sabendo que ficou de nos fazer chegar uma resposta sobre os postos de trabalho no call center, que não aconteceu. Peço ao senhor Presidente da Assembleia que diligencie nesse sentido, de modo a obtermos essa resposta. Quero também aqui falar numa avença que a Câmara tem desde 2014 para a aquisição de

accessoria estratégica no âmbito da comunicação, da educação, da cidadania e da cultura. Já foram gastos 216.000 euros nestas acessórias. Senhor Presidente, nestes oito anos já não devia ter sido feito um contrato efectivo porque passado tanto tempo, esta deve ser uma necessidade permanente do município. Em avenças e acessórias, desde Outubro de 2017 até hoje, já vamos com um 1.200.000 euros em contratos de avenças e acessórias. Com este valor, se calhar podíamos estar agora a assinar um protocolo com as Juntas de Freguesia para que elas pudessem fazer alguns investimentos que ainda não conseguiram.

Por fim queria dar uma nota sobre a intervenção que aqui foi trazida pelo grupo do PSD, sobre os despedimentos no nosso Centro Hospitalar de 60 enfermeiros cujo contrato a termo terminou. Eu devo dizer que todos nós devemos empenhar-nos para que o nosso hospital tenha mais e melhores recursos humanos e obviamente que esta situação nos deve preocupar a todos. Mas eu gostaria de perguntar onde esteve o PSD em 2013, 2014 e 2015, em que os recursos humanos do nosso hospital diminuíram de ano para ano. Estes 60 trabalhadores que devemos perceber se são ou não necessidades permanentes, se os retirarmos o número de funcionários do hospital é incomparavelmente superior. O que eu não posso é alinhar que se digam expressões do tipo *"colonizada familiarmente, do cartão habitual, do cartão do PS"*. Senhora deputada, a senhora por acaso não estava a falar do concurso dos auxiliares para as escolas que a Câmara Municipal de Amarante promoveu? É que se quiser eu digo-lhe nomes e de quem é que são familiares. Eu não gosto de entrar por esse registo mas se quiserem, vamos a esse debate. Temos cerca de 40 nomes para falar, embora eu entenda que não devemos ir por esse caminho, mas parece-me que as ligações da árvore genealógica são um bocadinho mais fortes nesses concursos".

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse "Ao senhor deputado Hugo Carvalho, candidato à Câmara Municipal de Amarante, quero apenas dizer-lhe que se calhar não ouviu aquilo que a senhora Vereadora Rita Batista disse, mas eu resumo-lhe o que ela disse. Ela disse que a Câmara antes de ir para os jornais meter fotografias em reunião com um trabalhador ou outro preocupou-se em tecer outras diligências no sentido de acautelar, dentro daquilo que seria possível a questão dos trabalhadores. O senhor sabe porque também é legislador que a transmissão de estabelecimento é definida pela lei ou pelos tribunais e não pelas Câmaras Municipais. Uma alteração ao Código do Trabalho vincula o trabalhador e o empregador e não a Câmara. A Câmara não pode chegar ali e dizer que se trata de uma transmissão de estabelecimento, porque senão, em vez de estarmos aqui a falar de uma acção colocada pela empresa que perdeu e intentou contra a Câmara, estávamos aqui a falar de umas quantas acções que as empresas promovem para anular certas cláusulas contratuais. Parece-me e com o devido respeito pelo senhor deputado, tirará as fotografias que entender e publicará o que quiser, mas julgo que a senhora Vereadora Rita Batista explicou muito bem. O senhor deputado é que não quis ouvir.

Quanto à questão dos despedimentos no Centro Hospital do Tâmega e Sousa, o senhor deputado fez aqui uma pergunta, mas eu faço-lhe outra em resposta – onde é que está o PS agora? Está indignado? Não está indignado? Tirou uma fotografia para

pôr amanhã no jornal com algum trabalhador que tenha sido despedido? Senhor deputado se quiser responder, esteja à vontade”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Devo dizer-lhe senhor deputado Vitor Briga Rei que não deve ter havido na Assembleia da República mais nenhum deputado que tenha feito mais perguntas ao Governo sobre o hospital de Amarante do que eu. Quanto ao colocar fotografias nos jornais, quero dizer-lhe que os jornais que se publicam em Amarante não colocam fotografias do Partido Socialista. Não vi sair isso em nenhum. Parece-me que eles são financiados de uma outra forma e por isso não há a livre independência de imprensa. Portanto, não sei ao que é que se está a referir. Também lhe devo dizer que notícia dos 60 trabalhadores enfermeiros de que falou, certamente estará bem informado e que o senhor Presidente de Câmara já reuniu com as entidades competentes para saber, mas ao que me parece não são 60, mas bastante menos. O que eu sei é que o Centro Hospitalar tem à data de hoje, face ao mandato do início do Partido socialista mais 400 colaboradores do que aquilo que tinha. Sei que estamos a trabalhar num caminho difícil, mas o senhor deputado também sabe que o Governo só pode assumir compromissos de despesa com recursos humanos, mediante o orçamento de estado. Todas as propostas que têm sido apresentadas e que tem a ver com aumento de recursos humanos nunca surgiram do lado do PSD, mas também não vamos por aí. O que aqui ninguém conseguiu dizer, e que era importante que fosse dito é se o município estava ou não impedido de garantir que os direitos dos trabalhadores eram cumpridos. Vamos esquecer este caso concreto. O que acontece nestes concursos se nada for feito e se nós tivermos sempre esta visão, é que uma empresa que está a operar no território, pagar dignamente a um motorista, por exemplo mil euros e a seguir vier uma outra que lhe vai pagar quinhentos e trinta e cinco euros, a verdade é que essa pode dizer que fez tudo para negociar com o trabalhador; ele é que não aceitou. Mas não é isso que nós queremos, porque não queremos que as pessoas passem a ter piores condições de vida e portanto este não é um tema menor. Para além disso, é necessário ter outras considerações neste domínio. Não há viaturas que sejam as mesmas que transitam de uma empresa para outra, mas há o mesmo território, o mesmo serviço, o mesmo interesse público e também há lugares de bilheteira que são reservados para o operador principal. Portanto, há aqui muita matéria que se houver vontade e determinação e se se quiser defender aqueles que devem ser defendidos, o município pode mesmo corrigir o que já devia ter corrigido há muito”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: "O que me traz aqui é o cansaço com política que eu acho que é política de lama, política de terra queimada, política baixa, falta de ética, falta de educação e uma coisa que eu não gosto de ver a acontecer em Amarante. O orador que me antecedeu, o deputado Hugo Carvalho, candidato à Câmara pelo Partido Socialista, teve aqui três afirmações que são completamente negativas e que exemplificam tudo o que de mal se vai fazendo na política. Começou por se desresponsabilizar por peças que votou nesta Assembleia Municipal. Eu assumo o que voto nesta Assembleia. Se depois se vem dizer que não se prestou muita atenção porque não se é pago

para estar aqui todos os dias, é importante saber que somos eleitos pelos Amarantinos, e portanto, devemos ser responsáveis por aquilo que aprovamos. Tenha lido, ou não tenha lido tudo, a responsabilidade é minha. Essa deve focar em ata, porque um candidato ao concelho de Amarante, disse que se desresponsabiliza de coisas que votou nesta Assembleia.

A seguir, teceu as insinuações do costume. As insinuações do costume sobre candidaturas e sobre candidatos para auxiliares de educação para as escolas. Parece aquelas crianças que se poem a atirar pedras aos vidros e depois correm dali. É isso que nós estamos a ver na Assembleia Municipal do candidato do Partido Socialista. Veio cá, mandou a boca e foi-se embora. Têm alguma coisa a dizer, pois que digam. Não é vir cá, atirar a pedra e ir-se embora. Até porque, se há personalidade que não tem moral para falar neste tipo de coisas e como deixou algumas coisas antes de 2013, até é o partido socialista. Mas se vamos para essa luta, então vamos todos, mas vamos às claras. Não vamos atirar a pedra para depois meter a mão no bolso e sair a correr. Da mesma forma que são praticamente quatro anos deste género de oposição e portanto, está claro que é a insinuação, é o dizer mal, é o querer atacar, é o querer insinuar, fazendo dos outros sempre aquilo que se calhar eles gostavam de ser. Não sou o único que o está a afirmar. O que eu quero vir aqui hoje dizer mesmo é que é isto que nós temos de combater em Amarante. É este tipo de política que é caceteira e que não faz sentido continuar a fazer-se numa autarquia como a nossa e num concelho como o nosso, principalmente por quem tem até funções maiores. Eu sinceramente não quero acreditar e ainda não acredito, mas às vezes começo a ficar com dúvidas que se venha à província, dizer umas coisas e se vá ao lugar dos laçarotes dizer outras. Se vamos entrar por aí, vamos entrar todos, mas vamos fazê-lo às claras. Eu não me desresponsabilizo por aquilo que voto aqui e vi hoje um deputado municipal dizer que se desresponsabiliza por aquilo que votou nesta Assembleia Municipal e gostava que isso ficasse registado”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “A gincana política começou a partir do momento em que fez a sua intervenção e chegou onde quis chegar. As minhas funções são de deputado municipal. O senhor deputado quis chegar aqui e colocá-las noutras e começar aquilo que é a campanha eleitoral do PSD. Comigo não conta para esse debate. Eu assumo a responsabilidade de todas as votações que aqui fiz, eu e todos os colegas de bancada. Pode colocar em ata as afirmações que quiser, se contextualizadas. Agora há uma coisa que eu aqui reafirmo é o que o nível de informação, o nível de responsabilização, o nível de trabalho, o nível de compromisso é totalmente diferente de quem está todos os dias com os poderes executivos daqueles que estão com o poder deliberativo. É por isso que uns ganham eleições e governam e outros estão na oposição, ganhando ou perdendo, mas sempre defendendo o interesse público e o interesse dos Amarantinos. Nesta Assembleia Municipal nem todos estão interessados em fazê-lo. Mas também ficará registado. Eu estou interessado em defender os trabalhadores Amarantinos, seja na assembleia Municipal, seja na Assembleia da República onde desempenho funções, levei o tema, trabalhei o tema e encontrou-se uma solução que pode defender

os interesses dos trabalhadores Amarantinos, que a Câmara Municipal de Amarante quer ignorar.

Não sei se o senhor deputado chegou a tempo, mas se chegou no início desta Assembleia sabe o registo com que comecei e sabe como é que foi a primeira intervenção do PSD. Revê-se nela? Revê-se na polarização partidária e nas ligações familiares palavras essas que foram aqui ditas. A pergunta é clara – revê-se nela? Gostava de ouvir a sua resposta.

Falemos agora sobre ética na política. Se for consultar o Basegov, que estou certo que também consulta deve ter visto que o município mandou fazer 25.000 exemplares de 40 páginas à semelhança do que fez há quatro anos. Sem subterfúgios do passado, porque também há declarações suas, senhor deputado, sobre esse tema no passado, pergunto-lhe se concorda com esta forma de fazer política? Deixo isso ao seu critério”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Vou começar por usar uma frase de um amigo que em tempos disse que um candidato precisa de se afirmar e a gente percebe isso. Não precisa é de ser tão oportunista e demagogo. E esse meu amigo tinha razão. Uma das outras críticas que aqui foi feita foi sobre a comunicação social em Amarante. Toda gente sabe dos problemas que a comunicação social local passa, agora vir insinuar que a comunicação social tem de ser financiada pela autarquia quando sabemos que hoje em dia podemos comunicar de várias formas. Mais uma vez essa crítica não foi concretizada, foi insinuada. Isso é que me incomoda. Eu estava cá desde o início da Assembleia e quero realçar que o problema maior do Partido Socialista afinal também passa pelos exemplares do boletim informativo. Eu percebo que isso incomode. E este ano incomoda mesmo. Mas incomoda mesmo, porque passamos quatro anos a ouvir a oposição dizer que não se faz nada, não se vai fazer nada e a Câmara está falida. Uma oposição especialista como é o Partido Socialista em pedir intervenção externa, que até pediu a um ex-Secretário de Estado da Saúde como se ele viesse cá tratar da saúde aos Amarantinos e vir dizer que isto estava tudo falido e que nós íamos para baixo de carrinhos de rolamentos. Isto foi dito num jantar e talvez por isso houve o entusiasmo de se vir dizer que estava tudo falido e que vai tudo por aí abaixo. Isto este ano incomoda porque é um ano de concretização, a Câmara até nem estava falida, terminou o ano passado com as contas todas saldadas e em dia com toda a gente. Já sei que o Partido Socialista diz que isso não deve ser realçado porque é obrigação da Câmara. Eu até concordo com isso, mas gostava de ver se o Partido Socialista vai lá em baixo dizer ao Governo que também tem que ter as contas em dia principalmente quando tem as empresas a sofrer de uma pandemia e a não receberem da Segurança Social atempadamente. Eu gostava de saber se aquilo que as pessoas dizem aqui, também o dizem lá. Acho que basta. Acho que se quer fazer uma oposição pela alternativa, os Amarantinos até estarão dispostos a ouvi-la. Agora uma oposição pela oposição acho que basta”.

Entretanto usou de novo a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** para dizer que “gostava que ficassem ata que não tenho a mínima dúvida de que este con-

trato não configura uma transmissão de estabelecimento. Já agora gostava que o senhor deputado me dissesse quantos trabalhadores foram despedidos?"

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra neste período da Assembleia, passou-se de imediato ao **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**.

Devido às restrições impostas pelo estado de emergência, os cidadãos que pretendiam exercer o direito de intervir na sessão deviam, até à hora de início da sessão, remeter ao Presidente da Mesa da Assembleia, através do respetivo email – assembleia@cm-amarante.pt o documento (escrito, áudio ou vídeo) que pretendem ver reproduzido na dita sessão. Assim sendo, apenas o senhor **Artur Teófilo da Fonseca Freitas**, apresentou e formulou atempadamente um pedido de esclarecimento que a seguir se transcreve na íntegra e que foi lido aos presentes pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal.

"Ex.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Artur Teófilo da Fonseca Freitas, detentor do Cartão de cidadão n.º 13272938, vem, ao abrigo, dos art.º 16º, e n. 2, do art.º 19º, do Regimento da Assembleia Municipal, formular o seguinte pedido de esclarecimento:

1º - Quando da apreciação Pública do projeto de Revisão do Plano Diretor Municipal, que viria a ser aprovado em 30 de junho de 2017, suscitámos as questões constantes do n. 140, pág. 45 da Tabela com a Ponderação das Participações, centradas nas consequências ambientais, ao nível do PDM, da classificação das Albufeiras de Fridão (escalão de montante e jusante) como albufeiras públicas de utilização protegida, pela Portaria n.º 498/2010 publicada em Diário da República n.º 135/2010, Série I de 2010-07-14.

2º - E, diferentemente, do que consta do PDM então aprovado, relativamente às Serviços Administrativos e Restrições de Utilidade Pública, relativamente à zona terrestre de Proteção e Zona Reservada da Albufeira do Torrão, a nossa participação acabou por ser considerada "fora do PDM", porquanto "aquela estrutura estratégica é da responsabilidade da Administração Central, pelo que o PDM nada pode obstar a essa edificação; e no PDM, a zona encontra-se qualificada como espaço natural, que vai ao encontro da salvaguarda ambiental pretendida" (fim de citação).

3º - Ultrapassada aquela dualidade de critérios, vem o signatário solicitar que o Executivo se pronuncie sobre se, ao alavancar a "segunda alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal de Amarante - na Desclassificação das Albufeiras de Fridão", que consta do PONTO N.º 5, da ORDEM DE TRABALHOS da sessão ordinária convocada para o próximo dia 23 de Abril de 2021, tomou tal desclassificação, como irreversível, e um dado adquirido, apesar de estar formalmente alertado sobre o diferendo que tem vindo a público, entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, e a EDP, que apontará para uma decisão arbitral, que, consoante os elementos em anexo (que são do conhecimento formal do Ex.º Presidente da Câmara) não excluirá a reversão da não construção do empreendimento, o que levou a Associação Cívica Pró-Tâmega a indagar do Ministério do Ambiente, qual o Tribunal Arbitral onde o litígio corre seus termos, em ordem a assumir-se como contrainteressada, vetando qualquer hipótese de reversão, a duo, e à margem da Ação em curso no TAF de Penafiel.

Amarante, 18 de abril de 2021

Com os nossos melhores cumprimentos -

Amélia Antunes Costa

A este pedido de esclarecimento, foi dada a resposta que também se transcreve na íntegra e que, de igual modo, foi também lida aos presentes pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que depois disso foi remetida ao requerente.

Assim, foi prestada a seguinte informação: "Relativamente ao pedido de esclarecimento endereçado ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo Exmo. Senhor Artur Teófilo da Fonseca Freitas, têm estes serviços a informar o seguinte:

1. Por força do dever de coordenação estabelecido no artigo 22.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), foi vertida na Planta de Ordenamento – Salvaguarda e Riscos ao Uso do Solo da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Amarante (PDM), bem como nos respetivos Regulamento e Relatório, a identificação das áreas afetadas à então perspetivada, pela Administração Central, realização do Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão e às albufeiras que dele resultariam – classificadas como albufeira de utilização protegida, no caso do escalão principal, e albufeira de utilização condicionada, no caso da barragem de jusante, pela Portaria n.º 498/2010, de 14 de julho.

À data da aprovação da referida revisão do PDM (30 de junho de 2017) vigoravam para aquelas áreas a suspensão de disposições do Regulamento do PDM então vigente e as medidas preventivas determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2015, de 28 de abril, por um prazo de 2 anos, o qual foi prorrogado pela RCM n.º 72/2017, de 5 de junho, em 2 anos, para a suspensão de disposições regulamentares, e num ano para as medidas preventivas.

A inclusão das albufeiras de Fridão nos elementos do PDM de Amarante resultou, portanto, de um imperativo legal – cuja inobservância determinaria a impossibilidade de aprovação do Plano – e não de uma opção de planeamento municipal.

Por esse motivo, a decisão sobre a participação na discussão pública da revisão do PDM a que foi atribuído o processo n.º 140/2017, pela qual era solicitada a análise das consequências ambientais e de segurança da Barragem de Fridão, foi considerada fora do âmbito do PDM.

2. Ao contrário das albufeiras de Fridão – que resultariam da execução de um projeto de aproveitamento hidroelétrico que gerou medidas preventivas e que não se veio a concretizar – a albufeira do Torrão é uma realidade geradora de servidões e restrições de utilidade pública, resultantes, designadamente, do estabelecido no DL n.º 107/2009, de 15-05, e no regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Por essa razão, o plano de água da albufeira do Torrão, a sua margem, zona reservada e zona terrestre de proteção constam da Planta de Condicionantes do PDM; enquanto que as áreas afetadas às albufeiras de Fridão se encontravam apenas representadas na Planta de Salvaguarda e Riscos ao Uso do Solo, conforme orientação da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM, presidida pela CCDR-N.

3. A desclassificação das albufeiras de Fridão, operada pela Portaria n.º 16/2021, de 19 de janeiro, veio implicar a alteração por adaptação do PDM de Amarante, nos termos do artigo 121.º, n.º 1, alínea a), do RJIGT.

Nos termos dos números seguintes do mesmo artigo:

«2 — A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais não pode envolver uma decisão autónoma de planeamento e limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração.

3 — A alteração por adaptação dos programas ou de planos territoriais depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do plano, a qual deve ser emitida, no prazo de 60 dias, através da alteração dos elementos que integram ou acompanham o instrumento de gestão territorial a alterar, na parte ou partes relevantes, aplicando-se o disposto no capítulo IX.

4 — A declaração referida no número anterior é transmitida previamente ao órgão competente pela aprovação do programa ou plano, quando este seja diferente do órgão responsável pela respetiva elaboração, sendo depois transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente e remetida para publicação e depósito, nos termos previstos no presente decreto -lei.» Face ao disposto no n.º 2, não foi proposta qualquer alteração das qualificações do solo estabelecidas pelo PDM para os espaços que se incluíam na delimitação das áreas afetas às albufeiras de Fridão, maioritariamente Espaço Natural.

Caso as decisões de não execução do Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão e de desclassificação das respetivas albufeiras venham a ser revertidas no futuro, o PDM de Amarante terá de ser alterado por adaptação aos diplomas legais que vierem a ser publicados em consequência, nos termos do acima citado artigo 121.º do RJIGT.

Departamento de Planeamento, Projeto e Gestão do Território, 23 de abril de 2021

O Diretor de Departamento – João Manuel de Oliveira e Silva de Mesquita”

Terminado este período da Assembleia Municipal, foi dado início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim cumprimento à Ordem de trabalhos previamente estabelecida.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

Relativamente a este ponto o senhor deputado disse: “No último ponto fiquei sem saber porque é que a Câmara de Amarante apenas vacinou e esterilizou 27 animais enquanto a de S. Tirso o fez a 490. Mas ficará para outra ocasião essa resposta porque muitas vezes a realidade não bate com os números e é por isso que eu, apolo-gista dos números, quero saber duas coisas muito simples. Tem sido retirado do relatório, não sei se propositadamente, os investimentos concretizados no município de Ama-rante pelo InvestAmarante através do seu apoio. Eu gostaria de saber se essa grelha voltará algum dia a vir para este relatório, porque se assim for podíamos ver a evolução daquilo que é um grande indicador para o nosso desenvolvimento económico.

A segunda questão tem a ver com aquilo que já aqui foi abordado várias vezes e que tem a ver com o call center. Continuamos sem saber exatamente como é que está esse processo e se efetivamente o protocolo foi cumprido, se se mantiveram os postos

de trabalho, que postos de trabalho é que se mantiveram, e que tipo de contratos é que houve nesse call center. O senhor Vereador, na reunião de dezembro, disse-nos que estava a ser feita uma avaliação criteriosa desse desenvolvimento. Pode ser que agora já possa aqui relatar os dados que tem”.

Perante estas questões, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse ao senhor deputado que quando ele quiser colocar questões, coloca-as ao senhor Presidente da Assembleia e só depois disso o Presidente da Câmara responde. Entendendo o Presidente da Câmara que deve endossar a resposta, endossa a resposta. Era só isto que eu lhe queria dizer e por isso não deve colocar as perguntas ao Vereador, porque obviamente essa não é prática, mas de toda a maneira terei todo o prazer que o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, possa responder.

No uso da palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES** disse: “começo por dizer que temos feito vários relatórios e até alguns bastante detalhados sobre o que o InvestAmarante tem feito e como tal, não temos nada a esconder. Antes pelo contrário. Só temos de nos orgulhar pelo trabalho que tem sido desenvolvido e pelos projetos que temos apresentado. Na verdade, muito mais relevante que o dado que o senhor deputado disse estar em falta, serão certamente os projetos anunciados nos últimos meses e resultam no acolhimento de novas empresas, que são dados concretos deliberados pelo Executivo Camarário levando à criação de novos postos de trabalho no concelho..

Não percebo a questão que me colocou sobre o Contact Center, porque depois da penúltima Assembleia Municipal houve um relatório preliminar fornecido pela própria empresa quanto à tipologia dos contratos, quanto à sua distribuição no tempo e quanto à origem dos próprios trabalhadores. Resultante dessa primeira avaliação o que nós fizemos foi reunir com os responsáveis e com a empresa Randstad e discutimos duas coisas. Uma delas teve a ver com facto de podermos tirar ainda mais partido deste Contact Center, nomeadamente sobre a sua capacidade de contratação, ou seja, coloca-la na sua capacidade máxima, de geração de emprego, porque é essa a nossa intenção. O outro ponto que foi discutido teve a ver com a possibilidade de reconversão das vagas que têm no Contact Center para serviços que a própria empresa também tem, nomeadamente para postos de trabalho mais qualificados, criando assim, esta unidade, mais impacto económico social no concelho de Amarante.. Da parte da Altice recebemos o contacto no sentido de poderem eventualmente ter uma responsabilidade nessa reconversão dos postos de trabalho, em postos de trabalho mais qualificados, para complementar os já existentes. Quanto ao relatório em si, tem o número de contratos que foram feitos, de que tipo são, qual distribuição por idades e por género e foi disponibilizado em janeiro. Se não teve conhecimento desse relatório, posso disponibiliza-lo neste momento”

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Era só para reafirmar aqui que a resposta à questão dos concretizados não aparece neste relatório, mas que, pelas palavras do senhor Vereador vai passar a estar. Essa grelha passará então a estar de novo no relatório para percebermos a evolução. Relativamente ao relatório que o senhor Vereador diz ter sido feito, peço ao senhor Presidente da Assembleia que nos faça chegar o mesmo logo

que ele lhe seja disponibilizado pela Câmara Municipal. Peço desculpa ao senhor Presidente da Assembleia porque efetivamente em termos procedimentais as perguntas devem ser dirigidas a si, mas como o senhor Presidente da Câmara normalmente distribui as perguntas incómodas pelos senhores Vereadores, foi por esse motivo que eu disse que a pergunta era dirigida a ele”.

JOSÉ LUÍS GASPÁR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente disse: “Acho que já começa a ser abusivo da parte de V. Exa. Esse tipo de insinuações, esse tipo de atoardas. O senhor aqui dirige-se no púlpito com elevação para com o senhor Presidente da Câmara, para com o senhor Presidente da Assembleia e para com os senhores deputados. Espero que não volte a fazer esse tipo de consideração e tenha dignidade, elevação e princípios”.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO GERAL, DIREÇÃO DE PRODUÇÃO, CURADORIA ARTÍSTICA, COORDENAÇÃO DE CINEMA, COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDUCATIVO, COORDENAÇÃO TÉCNICA, COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO, PRODUTORES EXECUTIVOS E ASSISTENTES PRODUÇÃO E AINDA TODOS OS MEIOS TÉCNICOS PARA O MIMO FESTIVAL AMARANTE 2020 E 2021

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “O Partido Socialista vai abster-se na votação deste ponto, porque decorre de uma decisão judicial em que a Câmara se vê obrigada de certa forma, ou então pagaria a indemnização da realização do Festival MIMO, e por isso recorreu, não sem antes deixar duas notas. O Partido Socialista alertou na altura e volta hoje a alertar que a questão de contratualizar dois festivais MIMO, também deu nisto porque o valor da indemnização era bastante significativo. A segunda nota prende-se com o facto do senhor Presidente da Câmara quando teve a proposta que tinha que vir à Assembleia Municipal para deliberarmos a não realização, mas a repartição de encargos, fez o anúncio prévio da realização desse festival o que levou também a que a própria entidade promotora do festival tivesse esse pressuposto para poder colocar a questão nas vias judiciais”.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse: “Sem quer entrar aqui na questão jurídica, quero esclarecer o senhor deputado Cândido Zoio, que a questão “deu nisto” não por o protocolo ser para dois ano, mas sim porque o ano passado o MIMO não pôde ser realizado por causa da pandemia e este ano talvez não se possa também realizar, mas também porque entretanto o Governo fez uma lei que abrangeu este tipo de festivais. Depois, é uma questão jurídica, onde há um pedido de esclarecimento que ainda não foi retificado nem decidido pelo tribunal, mas o que é certo é se a solução for o reagendamento das duas edições do MIMO, o município não tem aqui qualquer prejuízo e o MIMO realizar-se-á

dentro das regras que venham a ser definidas. O município nunca deixou de ter interesse na realização do MIMO e deduzo que o PS também não, embora nunca tenha sido muito claro quanto a isso. O município terá de cumprir a lei e dentro da lei terá de cumprir o que forem as decisões do tribunal”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “ quero dizer aos presentes que não se trata de uma indemnização. É um reagendamento. No seguimento daquilo que foi a decisão do tribunal, estamos a reagendar o ano 2020/2021, para 2022/2023, de acordo com aquilo que era o montante em 2020. Em 2022/2023 vamos pagar o montante acordado para o ano 2020”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstenções: 17, Votos a favor: 30**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que seria a senhora Vereadora Lucinda Fonseca a usar da palavra relativamente a este ponto, para ser ela a explicar o que pretendemos com este estudo.

LUCINDA FONSECA – VEREADORA

No uso da palavra disse: “É com muito gosto que trazemos hoje este instrumento estratégico para o município de Amarante, no âmbito da nova geração de políticas para a habitação. É um documento construído de forma colaborativa e participativa com todos os agentes do terreno que tem intervenção no âmbito da habitação social e estou a falar de Presidentes de Junta de Freguesia, associações de resposta social, nomeadamente as Conferências Vicentinas, o serviço de apoio domiciliário e atendimento integrado da Segurança Social que nos ajudaram a identificar as famílias e os agregados com carência ao nível da habitação, uma vez que o objetivo deste documento é sinalizar as situações de vulnerabilidade no âmbito de habitação sem condições condignas para famílias ou agregados em situação de carência económica. Estes são os dois requisitos para que depois esta estratégia possa ter enquadramento no âmbito do primeiro direito.

Este documento que foi presente a reunião de Câmara e está aqui hoje para apreciação tem um investimento previsto de 2021 a 2025, para dar resposta a 901 pessoas do nosso território nas condições definidas pelo próprio documento para todas as respostas previstas no âmbito do primeiro direito. Abrange a possibilidade dos privados ou público-coletivos de poderem concorrer ao nível do arrendamento, construção e aquisição em situações específicas. É um documento dinâmico como o próprio IHRU prevê, devendo ser monitorizado e revisto a cada seis meses, mas não é esse o nosso intuito. Acreditamos que o documento nesta fase foi elaborado para poder responder às

situações conhecidas, mas também para dar uma resposta no sentido de, caso alguma situação venha a ser identificada após aprovação do documento, saber que a qualquer momento ela poderá ser incluída numa revisão do documento.

Tem na sua génese identificados 260 agregados familiares e 5 aglomerados habitacionais, num total de 901 pessoas., que em sede de equipa interna correspondem efetivamente a um agregado nominal. Não está vertido neste documento, mas todas as situações correspondem a uma avaliação no terreno. Esta estratégia prevê um investimento global total de cerca de 12,8M€ para o território de Amarante, sendo que o investimento que o município se propõe fazer é de cerca de 5,4M€, com 2,7 M€ de investimento privado, e um apoio de cerca de 4,6M€ pelo primeiro direito. Depois desta estratégia estar aprovada, será criada uma equipa operacional com técnicos da autarquia e dos serviços de Desenvolvimento e Coesão Social e da Divisão do Planeamento e Gestão do Território, que também participaram na elaboração do documento e para a monitorização uma equipa consultiva que incluirá os parceiros que colaboraram na elaboração deste documento estratégico.

Assim, de uma forma muito resumida penso que são estas as linhas orientadoras deste documento, e naturalmente, estou disponível para os esclarecimentos que entendam por necessários”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Este é um ponto muito importante para o município de Amarante. A aprovação da estratégia local de habitação é um primeiro pilar para podermos concretizar num conjunto de políticas públicas de habitação. Surge locado a um envelope financeiro que já existia antes do plano de recuperação e resiliência, mas que agora é amplamente reforçado. Eu já reafirmei aqui em Assembleias Municipais anteriores que o município devia avançar com a estratégia local de habitação. Faço fé naquilo que foi dito e fazemos todos porque o documento foi construído numa base de diálogo, de reuniões, de parcerias institucionais que estão no território. A rede social do concelho de Amarante acompanha muito bem estas temáticas e, portanto, estamos em crer que aprovar este documento é darmos um passo em frente no sentido de nós avançarmos para dar mais dignidade à habitação no direito à habitação dos Amarantinos. Devo apenas dizer e porque é absolutamente verdade é que já há 39 municípios a celebrar os protocolos de execução e 30 que brevemente o farão. É pena que Amarante não consiga estar nesta primeira linha e o grande desafio hoje, é que o município tente recuperar o atraso que hoje tem num tema que é decisivo para os Amarantinos”.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse: “Julguei que o senhor deputado Hugo Carvalho viesse aqui dizer que Amarante está na linha da frente porque os primeiros 25 municípios que assinaram o protocolo fizeram-no há três semanas. Dos 308 municípios portugueses, haverá 25 que estão três semanas há nossa frente. Sendo assim, não será assim tão mau quanto isso”.

SARA MACHADO – CDS/PP

No uso da palavra disse: “Este é um dos pontos em que nós todos estamos em consenso. Tudo o que é bom para a nossa sociedade, para sociedade Amarantina deve ser tido em conta. Quero também frisar que se isto não foi feito antes, foi porque não aproveitaram os recursos que estavam disponíveis na Câmara. Quero congratular-me pelo aparecimento deste documento estratégico que vai responder a uma prioridade que é um direito constitucional da nossa população. A habitação condigna apoiando quem está na situação de carência económica, tal como prevê o primeiro direito. Elogiar o facto de ser abrangente quer ao nível de cobertura territorial, mas também porque inclui não só a estratégia para a autarquia e seus equipamentos, como abrange também os privados. Este é um momento muito considerável de investimento num total de perto de treze milhões de euros. A parcela do município neste valor é de quase cinco milhões e meio de euros. Acreditar na bondade do primeiro direito e que IRHU aprove este documento criando a oportunidade da coesão territorial. Esta medida irá sem dúvida contribuir para colmatar algumas das deficiências a nível da habitação no nosso concelho que são muito graves”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Para que não fique aqui a ideia e eu julgue que a senhora Vereadora percebe bem o procedimento, o senhor deputado não perceberá, mas estou certo, perceberá. O número divulgado pela Secretária de Estado da Habitação é de 39 e, portanto, o número que referiu está claramente desatualizado. Vou confirmá-lo, mas não é aqui que me cabe divulgá-lo. A concretização da estratégia local de habitação não quer dizer que estamos três semanas atrasados. Estaremos supostamente três semanas atrasados com a sua assinatura, mas não é isso que está em causa. Depois desta fase ainda há muito trabalho pela frente com o IRHU e com as demais entidades para que se possa avançar. Além disso as três semanas que falou também estará altamente equivocado porque há municípios anteriores, que já há muito a concretizaram. Provavelmente estará a afazer uma pequena confusão com programas diferentes, mas em todo caso, fica aqui essa nota”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 47** - O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA SEGUNDA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO ORÇAMENTAL)

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores deputados **CÂNDIDO ZOIO** do **PS** e **VITOR BRIGA REI** do **PSD**, que disseram que os deputados que compõem as suas bancadas votarão este ponto a favor.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 47** - O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

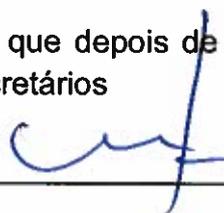
Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

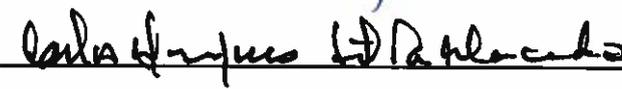
PONTO Nº 5 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE AMARANTE – DESCLASSIFICAÇÃO DAS ALBUFEIRAS DE FRIDÃO

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e conforme a ordem de trabalhos apenas era exigido que fosse dado conhecimento aos presentes da segunda alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal - PDM de Amarante, depois da desclassificação das albufeiras de Fridão.

Terminada a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram vinte e duas horas e trinta minutos.

Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA 

O PRIMEIRO SECRETÁRIO 

O SEGUNDO SECRETÁRIO 

